

Max Weber e as ciências especializadas

O exemplo da história econômica da Antiguidade

Wilfried Nippel

Tradução de Paulo Astor Soethe

Após a morte de Max Weber, em 1920, o teólogo Adolf von Harnack afirmou que Weber “foi, em perspectiva internacional, entre 1880 e 1920, o homem com a maior força de absorção científica e capacidade de conjugar tudo em si mesmo”¹. Já o historiador (e historiador da arte) Carl Neumann disse, em 1923: “Max Weber dispôs uma rede de caminhos para suas intrusões de conquistador, com a qual o impulso imperialista de seu talento deveria elevar o conhecimento especializado à altura de uma ciência total” (Neumann, 1923, p. 162). O jurista e cientista político Karl Loewenstein, que ainda conheceu Weber pessoalmente (cf. Loewenstein, 1966, pp. 27-38), escreveu em 1965 que Max Weber foi o “último *polyhistor*, um erudito universal de dimensões aristotélicas” (*Idem*, 1965, p. 12)².

Um homem que trabalhou em tantos campos ao mesmo tempo não se deixa classificar sob uma única disciplina. O livro *Erinnerungsgabe für Max Weber* [Em memória de Max Weber], de 1923, traz como título (que, diante do conteúdo, só se justifica até certo ponto) *Hauptprobleme der Soziologie* [Problemas fundamentais da sociologia]; a introdução a esse volume consiste em uma homenagem a Weber por Gerhart von Schulze-Gaevernitz, intitulada “Max Weber como economista e político”, que na primeira frase lamenta a perda de um dos maiores representantes da “economia política alemã”. Karl Jaspers, em seu discurso em memória a Weber na Universidade de Heidelberg, em 1920, enalteceu Weber como um grande filósofo (cf. Jaspers, 1988a, p.

1. O registro dessa declaração oral encontra-se em Heuss ([1951], 1965, pp. 472 ss.).

2. Com essa publicação e em outros trechos de sua obra, Loewenstein polemizou contra a apresentação crítica da visão política de Weber em Mommsen ([1959], 1974).

3. Erich Voegelin (1925, pp. 177-193) via a unidade da obra de Weber em sua “filosofia da história”.

4. Ver Below (1919, pp. 1271-1322 [também publicada como escrito autônomo, Below, 1920]; 1926, pp. 218-242; 1924, pp. 1779-1784). Below era um polemista arguto, que costumava ligar seus ataques a Karl Lamprecht, Kurt Breysig, Werner Sombart, Karl Bücher e Gustav Schmoller com a acusação de diletantismo. Por outro lado, ele sempre tratou Weber com respeito (apesar das grandes divergências em questões políticas desde a Grande Guerra) e o considerava um aliado dos historiadores sérios (cf. Below, 1921, pp. 248 ss.). Por seu lado, Weber considerava Below um especialista, como mostram suas observações em seus artigos iniciais (cf. Weber, 1924b, p. 510, n. 1, reimpresso em *MWG I/6*, p. 243, n. 10; 1905, p. 19, n. 1); ver, além disso, a carta de Weber a Below de 21/6/1914 sobre o texto “Die Stadt” [A cidade] (cf. *MWG I/22-5*, pp. 45 ss.). Weber tentou (em vão) conquistar Below para colaborar na (fundação) da Sociedade Alemã de Sociologia (cf. carta de 28/6/1909, em *MWG II/6*, pp. 154 ss.).

5. Sobre as controvérsias dentro dessa associação, ver Schleiff (2009, pp. 367-388).

6. Essa declaração é relatada por Jaspers (1988b, p. 91).

7. Carta a Lujjo Brentano (Weber, 1936, pp. 363 ss.).

8. É o que se lê em uma carta a Karl Vossler de 5 de maio de 1908 (*MWG II/5*, p. 557).

32)³, uma ordenação com que Heinrich Rickert – a despeito de sua grande consideração por Weber – não gostaria de compartilhar (cf. Rickert, 1926, pp. 222-237). Ainda se poderia, ou deveria, denominar Weber jurista, historiador (cf. Kocka, 1986), pesquisador da Antiguidade ou cientista da religião, caso se tratasse de indicar as disciplinas das quais ele se ocupou continuamente.

No caso da “sociologia” as coisas tornam-se mais difíceis. Só após a Primeira Guerra Mundial é que se instituíram na Alemanha cátedras com essa designação disciplinar. Em todo caso, Weber foi reivindicado, com ou sem razão, por opositores desse desenvolvimento (como o medievalista Georg von Below) como a principal testemunha contra uma institucionalização da sociologia⁴. Com efeito, Weber havia participado, em 1910, da fundação da Sociedade Alemã de Sociologia, mas logo se desligou⁵. Ele gostava de falar da “minha sociologia”, mas também teria dito, por outro lado: “a maior parte das coisas a que dão o nome ‘sociologia’ não passa de enganação”⁶. Isso deve ser entendido no sentido de que uma abordagem interdisciplinar só se firma cientificamente quando não apenas os resultados das respectivas disciplinas especializadas são levados em consideração, mas também quando, ao contrário, se pode transmitir aos respectivos especialistas concepções que podem ser aplicadas em seus respectivos campos com ganhos de conhecimento.

Weber, em uma carta de 1893 sobre os trabalhos de Karl Rodbertus sobre a história agrária e fiscal romana (cf. Rodbertus, 1864; 1865-1867), julgou como totalmente errôneas as teses daquele estudioso, de um ponto de vista objetivo; contudo, elas invariavelmente remetiam às perguntas corretas e tinham assim, “na maioria das vezes” e apesar das “parcialidades e construções grosseiras”, “um efeito excepcionalmente fértil e estimulante”⁷. Penso que Weber não ficaria satisfeito, caso se dissesse o mesmo de seus próprios trabalhos. É certo que ele sempre enfatizou que a qualidade de um trabalho científico depende da originalidade na proposição de questões e não das pretensas “soluções”⁸. Foi nesse sentido que escreveu, ao final de seu longo artigo de 1908, “Agrarverhältnisse im Altertum” [Relações agrárias na Antiguidade]:

Em geral, no entanto, quem não lida diariamente com as fontes (sobretudo com as inscrições) jamais está livre de erros isolados, e isso torna evidente, portanto, que o juízo definitivo sobre tais problemas cabe aos historiadores, aos filólogos e aos arqueólogos; é a eles que, com base em nossas experiências disciplinares, queremos e podemos oferecer tão somente apoio heurístico – propor questões –, que submetemos à sua prova”.

Mas, ao mesmo tempo, Weber estava seguro de que historiadores da Antiguidade como Eduard Meyer só puderam obter avanços de conhecimento acerca da economia antiga por haverem se ocupado de teoria econômica e com isso chegado a “conceitos claros” (MWG I/6, pp. 728 e 727).

Se erros pontuais podiam ser admitidos sem danos, diletantismo conceitual seria fatal. Weber compartilhava a opinião dominante entre os historiadores alemães de que não se podia levar Karl Lamprecht⁹ cientificamente a sério¹⁰. Lamprecht atentaria a questões “enviesadas”, o que se explicaria por sua “falta grosseira de formação filosófica”; ele não teria nenhum “respeito diante dos fatos”, não possuiria um mínimo de “consciência científica”, lemos nas cartas de Weber entre 1901 e 1905¹¹. Se Weber, ante o posicionamento de Eduard Meyer na controvérsia sobre Lamprecht (cf. Meyer, 1902), sentiu-se provocado a escrever um texto fundamental sobre o método e as finalidades da representação da ciência histórica, foi porque, por um lado, reconhecia a autoridade de Meyer e, por outro, queria criticar os déficits de teoria do conhecimento que identificava nesse autor (cf. Weber, 1973b, pp. 215-265)¹².

Uma coisa era o reconhecimento dos limites de sua competência especializada¹³; outra, era que Weber, no final das contas, sempre se via acima dos especialistas. Quase não havia tema sobre o qual ele não se posicionasse a partir do estágio atual do conhecimento, seja em reação a controvérsias científicas, seja no contexto de discussões políticas. Imediatamente após concluir sua tese de habilitação como jurista em Berlim, Weber aceitou a oferta de participar da enquete sobre os trabalhadores rurais promovida pela Verein für Sozialpolitik [Associação para a política social]. O fato de se ter atribuído a Weber a parte mais importante do trabalho, a saber, sobre as regiões da Prússia a leste do Elba, provavelmente se deve a maquinações políticas pessoais de bastidor, pois não se pode dizer que Weber já tivesse comprovado, nesse campo, conhecimento especializado. Mas ele aproveitou a oportunidade para, em um ritmo frenético de trabalho, apresentar um relatório volumoso (cf. MWG I/3), que teve grande reconhecimento, tornou-o da noite para o dia candidato a cátedras de economia política e rendeu-lhe, afinal, a respectiva nomeação para Freiburg, em 1894.

Algo semelhante ocorreu com os posicionamentos de Weber na enquete promovida pelo Parlamento Federal sobre a bolsa de valores, a partir de 1894; também nesse caso Weber não havia publicado nada, mas angariou para si, em tempo curtíssimo, a reputação de especialista excepcional (cf. MWG I/5; Borchardt, 2000). Dentre os variados projetos a que Weber se

9. Sobre Lamprecht e as controvérsias em torno de sua obra, ver, entre outros, Schorn-Schütte (1984) e Chickering (1993).

10. Ver Weber (1973a, p. 7, n. 2, e p. 24, n. 5). Lamprecht foi atacado de maneira particularmente acalorada na *Historische Zeitschrift*, revista especializada mais importante na área de história. Esse periódico se “pronunciaria de maneira polêmica contra tudo que pudesse cheirar a Lamprecht”, escreveu Weber a Willy Hellpach em 27 de fevereiro de 1906 (cf. MWG II/5, p. 41). A observação de Weber procedia (cf. Plumpe, 2009, pp. 223-251).

11. Carta a Carl Neumann, 11 set. 1901 (em MWG I/6, p. 32); carta a Willy Hellpach, 5 abr. 1905 (cf. Mommsen, 1974, p. 212). Sobre a aversão de Weber a Lamprecht, ver Radkau (2005, pp. 308 ss.).

12. Tenbruck (1988, pp. 337-379) apresentou a tese espetacular de que toda a obra posterior de Weber, em especial sua sociologia da religião, teria sido provocada pela teoria da história de Eduard Meyer em seu texto “Elemente der Anthropologie” (cf. Meyer, 1907). Dessa forma, tal opinião não se sustenta (cf. Nippel, 1991, pp. 323-330; 1996, pp. 175-193). De outra parte, deve-se mesmo reconhecer a imensa importância de Meyer como “fornecedor de material” para os trabalhos de Weber sobre a Antiguidade greco-romana e judaica; ver, entre outros, Momigliano (1980, pp. 285-293); Deininger (1990, pp. 132-158); Colognesi (1990, pp. 331 ss.); Otto (2002). Weber expressou em conversas privadas sua “admiração ilimitada [...] pela erudição de Meyer nos âmbitos da história antiga e, não menos, dos estudos sobre o Oriente na

Antiguidade”, “ainda que ele lhe fizesse críticas pontuais” (Honigsheim, 1963, pp. 205 ss.).

13. Weber escreve assim em uma carta a Carl Neumann, de 1898 (em MWG I/6, p. 24).

14. Sobre isso, ver Nippel (1994, pp. 274-298).

15. Mommsen “era o maior acadêmico do mundo europeu desde a Renascença [...]” (Haverfield, 1911, p. xiv).

16. Ver Kaelber (2003).

17. Theodor Mommsen mencionou esse episódio em uma publicação tardia (cf. Mommsen, 1908, pp. 113 ss.).

dedicou concomitantemente em seus primeiros anos ainda se incluem aqueles que ele planejou mas não chegou a concretizar. Em 1897, ele firmou contrato editorial de uma história agrária da Alemanha, que pretendia escrever nos próximos cinco anos (cf. MWG I/6, p. 29). Podemos deixar de lado se Weber a teria realizado, caso não tivesse adoecido psiquicamente. Quando se recuperou – o que ocorreu lentamente –, trouxe a público seus artigos metodológicos, dedicando-se ao mesmo tempo a escrever a *Ética protestante*. Em 1905, começou a estudar russo com o intuito de oferecer ao público, em longos artigos sobre a Revolução, uma avaliação adequada dos desenvolvimentos russos – embora não tenha obtido a ressonância esperada (cf. MWG I/10)¹⁴.

No início de sua carreira científica Weber já havia revelado essa mesma atitude – respeito pelas autoridades especializadas e, ao mesmo tempo, autoconsciência de, no final das contas, lhes ser superior, em virtude dos questionamentos supradisciplinares. Aqui, ele se media com ninguém menos do que Theodor Mommsen, considerado não só a figura de maior destaque na ciência da Antiguidade, mas também um dos maiores eruditos de seu tempo¹⁵. Weber havia se doutorado em 1889 em Berlim, com um trabalho sobre as sociedades comerciais na Idade Média (cf. MWG I/1)¹⁶. Para a defesa, ele tinha também que apresentar teses em outros domínios. Uma delas dizia respeito à relação entre os métodos dos agrimensores romanos (gromáticos) e o respectivo estatuto jurídico do solo. Já naquela época Weber havia cogitado esse tema como projeto de habilitação, porque – decerto em razão de ponderações sobre a carreira – almejava uma dupla qualificação em direito comercial e direito romano. Theodor Mommsen não se deixou convencer pela tese de Weber, mas anunciou de maneira enfática que não podia imaginar sucessor melhor para si mesmo que esse Max Weber (cf. MWG I/2, pp. 55 ss.; Marra, 2002, pp. 19 ss.)¹⁷. Após a habilitação de Weber com sua *Römische Agrargeschichte* [História agrária romana], no início de 1892 (cf. Gängel e Schaumburg, 1989, pp. 332-334), consta que Mommsen teria se empenhado de diversas maneiras para que Weber obtivesse uma cátedra de história antiga ou direito romano (cf. Honigsheim, 1963, pp. 205 e 221). Além das relações entre as famílias Weber e Mommsen, aqui também teve importância o fato de Mommsen desconsiderar a história como disciplina; necessário mesmo era possuir competência jurídica e filológica ou epigráfica (cf. Mommsen, 1905). Mommsen havia conseguido alocar diversos alunos e colaboradores, especialistas em epigrafia, em cátedras de história antiga; no caso de Weber, ele poderia promover um jurista.

Embora Mommsen não tenha ficado convencido pela tese básica de Max Weber mesmo após o lançamento de *Römische Agrargeschichte*, ele apreciava sua abordagem (cf. Colognesi, 2000, pp. 81 ss.). Weber havia tomado essa tese sobretudo dos trabalhos de August Meitzen sobre a história agrária germano-alemã, ao passo que se apoiava maciçamente em Mommsen no que dizia respeito ao material sobre Roma. Em um artigo de 1892, Mommsen refutou os resultados de Weber nesse tema, mas ao mesmo tempo considerou norteadora sua abordagem de investigação dos escritos dos gramáticos sob o ponto de vista da economia política e do direito (cf. Mommsen, 1908). Weber, porém, viu no artigo de Mommsen uma provocação para o embate e pretendia escrever uma réplica¹⁸. Mas não o fez; em considerações posteriores, por um lado admitiu determinadas fragilidades de sua exposição; por outro, aferrou-se com teimosia à sua tese fundamental (cf. MWG 1/6, pp. 647-654 e 745). Talvez haja muitas razões para Weber não ter escrito essa contestação a Mommsen. Pode-se especular: talvez Weber tenha percebido que não era possível sustentar a concorrência com uma autoridade como Mommsen, dominante em sua área de especialidade.

Seja como for, para o desenvolvimento intelectual de Weber, cabe atribuir grande importância ao embate com Theodor Mommsen. Quando se buscam as raízes dos “tipos ideais” de Weber, talvez até mesmo de toda sua sociologia do direito, não se terá que pensar somente em Georg Jellinek, que é frequentemente nomeado nesse contexto, mas também no *Römisches Staatsrecht* [Direito público romano, 1871-1888], de Mommsen (cf. Quensel e Treiber, 2002, p. 118). Em 1985, Wolfgang J. Mommsen, bisneto de Theodor, apontou para esse problema, na condição de editor dos anais do simpósio “Max Weber und seine Zeitgenossen” [Max Weber e seus contemporâneos]. Quanto eu saiba, isso ainda não foi investigado seriamente¹⁹. O fato de faltar naquela coletânea um texto sobre Mommsen, não obstante ela já ter sido organizada sob o signo de uma historização da obra weberiana, é característico de como as contribuições de Weber no campo da ciência da Antiguidade são subestimadas, algo que prevaleceu por muito tempo nas últimas décadas do século XX.

A *História agrária romana* de Weber é, na maior parte, uma obra de alta complexidade técnica, que a cada geração somente alguns poucos especialistas logram compreender. À época, o livro foi resenhado rapidamente por historiadores da Antiguidade como Karl Julius Beloch (1892, pp. 292 ss.), Ludo Moritz Hartmann (1892, pp. 215-218), Robert Pöhlmann (1893, pp. 314-316) e Hermann Schiller (1892, pp. 66-69), que contudo não adentraram

18. Carta a Hermann Baumgarten, 18 abr. 1892, em Weber (1936, p. 344).

19. Para algumas reflexões sobre o assunto, ver Nippel (2007, pp. 207-228).

efetivamente na tese central, embora enaltecessem sobretudo o capítulo final (baseado em fontes literárias) sobre o capitalismo agrário em Roma. Bem diferente foi a posição do jurista Paul Krüger, que em uma longa resenha apontou claramente como Weber teria trabalhado com uma acumulação de hipóteses que se furtariam à verificação segundo as fontes disponíveis (cf. Krüger, 1892, pp. 482-493)²⁰. É de notar que as imperfeições formais do livro de Weber – modos de citação imprecisos, ampla desconsideração da bibliografia pregressa e o uso de edições cientificamente superadas das fontes – ou não recebem menção, ou ganham pouco destaque. Esse procedimento tão querido – qual seja, negar a competência objetiva de um autor indicando esses erros técnicos – nesse caso não vingou. A obra também foi citada em trabalhos posteriores sobre a história agrária romana, via de regra, porém, somente em relação a pontos isolados (cf. Schulten, 1896; Gummerus, 1906; His, 1896; Maschke, 1906). Ela foi tomada, por assim dizer, como “ciência normal”, ou seja, nem como um grande achado, que conduziria a pesquisa a novos rumos²¹, nem como contribuição de um *outsider* que simplesmente se pudesse ignorar.

Assim como demonstram diversas referências cruzadas entre a *História agrária romana* e o estudo sobre os trabalhadores rurais da região oriental do Elba, bem como indicações em diversos artigos, Weber considerava plenas de sentido as comparações entre relações agrárias antigas e modernas, na medida em que “a organização de comunidades agrárias [...] oferece somente um número limitado de possibilidades” (MWG I/2, p. 97). Assim, o emprego de escravos na Antiguidade e de trabalhadores itinerantes no presente pode ser relacionado no plano de como solucionar o problema ocasionado pela demanda sazonal de força de trabalho, que oscila tão fortemente, e que consequências daí decorrem para o todo da sociedade, em um caso e no outro (cf. Nippel, 1990, pp. 355-374).

Também em seus cursos de economia política em Freiburg e depois em Heidelberg, até 1899, a inclusão da Antiguidade era para Weber uma obviedade, como era usual da economia política alemã da época. Nesse caso, também teve papel importante a confrontação com as categorias desenvolvidas por Karl Bücher quanto às diferentes formas de empresa e às diferenças entre as economias antiga, medieval e moderna (cf. MWG III/5).

Bücher foi atacado pela ala dos historiadores da Antiguidade por causa de sua caracterização, efetiva ou suposta, da economia antiga como “economia doméstica fechada” (Bücher, 1893; cf. *Idem*, 1922, pp. 1-97). Deixando de lado as questões especializadas, naquilo que posteriormente foi denominado a controvérsia Bücher-Meyer nota-se um fenômeno que Weber

20. Historiadores do direito posteriores, no entanto, louvaram as construções de Weber como prova de uma “intuição investigativa genial” (Kaser, 1942, p. 1).

21. É o que se lê, no entanto, em Binder (1909, p. iv).

em outro contexto designou como “patriotismo científico feudal e irado” (1973a, p. 169). Para Meyer, Karl Julius Beloch e outros historiadores da Antiguidade que tomaram posição na controvérsia²², tratava-se por assim dizer de reservar a economia antiga para a sua própria disciplina. Na medida em que as situações antigas eram aproximadas das modernas, a “relevância” social de uma disciplina, que se via ameaçada em sua posição hegemônica, precisava ser defendida. Ao intitular Bücher como “economista político”, seus opositores pretendiam ao mesmo tempo questionar a sua competência disciplinar com relação à Antiguidade²³.

No início de 1896, Weber ministrou uma conferência em Freiburg sobre “Die sozialen Gründen des Untergangs der antiken Kultur” [As causas sociais do declínio da cultura antiga] (cf. MWG I/6, pp. 99-127), e usou-a como ensejo para referir-se implicitamente a essa controvérsia e ainda resolver alguns outros temas, como a interpretação pseudodarwinista da Antiguidade tardia por Otto Seeck (cf. MWG I/6, p. 101; Seeck, 1895). Sua declaração de que não poderíamos, “com relação a nossos problemas sociais atuais, aprender nada ou quase nada com a história antiga” é também uma refutação dirigida a Eduard Meyer. Weber redigiu então, em 1897, um verbete intitulado “Agrarverhältnisse im Altertum” [Relações agrárias na Antiguidade] para o *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* [Dicionário das ciências do Estado], escrito em conjunto com o verbete “Börsengesetz” [Lei da bolsa de valores], que saiu no mesmo volume desse dicionário técnico especializado; para a segunda edição, de 1898, ele ainda ampliou o verbete sobre as “Relações agrárias” (cf. MWG I/6, pp. 146-227). De um lado, chama atenção que Weber incluía aqui pela primeira vez não apenas a Grécia, mas também o Egito e o Oriente; e, de outro, que ele não tome posição, de forma clara, sobre a discussão de princípios. Nas duas versões, louvou a riqueza de material do segundo volume (sobre a história grega) da *Geschichte des Altertums* [História da Antiguidade] de Eduard Meyer. Na primeira versão, menciona-se também o escrito de Meyer intitulado *Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums* [O desenvolvimento econômico da Antiguidade] (1895) como uma tomada de posição contrária a Rodbertus e Bücher. Weber as comenta só de passagem, afirmando que “a acuidade dos conceitos econômicos de Meyer deixa a desejar” e que suas concepções sobre Roma teriam que ser fortemente modificadas. Na segunda versão, ele apenas afirma não ser necessário tomar posição ante a “controvérsia que se havia tornado acalorada nestes últimos tempos” entre Bücher e Meyer (cf. MWG I/6, pp. 225-227). É difícil dizer a que se deve essa contenção, inusual

22. Os textos mais importantes estão compilados em Finley (1979). Ver, entre outros: Mazza (1985, pp. 508-546); Pečírka (1988, pp. 61-81); Schneider (1990, pp. 417-445); Wagner-Hasel (2011, pp. 185 ss. e 273 ss.).

23. É típica, quanto a isso, a observação de Arthur Rosenberg: “Quanto aos juízos do economista político Bücher sobre as relações econômicas da Antiguidade só cabe mesmo alertar os leitores” (1921, p. 284).

para os parâmetros de Weber. Uma hipótese – não comprovável – seria a de que Weber tinha consciência de não poder concorrer com o manual de Eduard Meyer enfrentando-o com um pequeno escrito, oriundo de uma conferência; ademais, faltava-lhe tempo, vontade e força para um embate mais aprofundado.

Somente uma década mais tarde Weber retomou esse tema, com sua terceira versão de “Relações agrárias na Antiguidade” (cf. MWG I/6, pp. 320-747). No meio tempo decorreram, por um lado, os anos de incapacidade de trabalho após o seu colapso psíquico e, por outro, a retomada da atividade de publicações, com os textos teóricos, o estudo sobre o protestantismo, os escritos sobre a Revolução Russa e outros temas. Essa nova versão das “Relações agrárias” refuta a suposição de que se poderia distinguir na obra de Weber entre uma primeira fase, histórico-econômica e empírica, e uma segunda fase, sociológica; pois a terceira versão de “Relações agrárias na Antiguidade” não apenas comprova a continuidade em relação a interesses e campos de trabalho anteriores, mas também expõe, ao mesmo tempo, a transição aos trabalhos posteriores, nos quais Weber pretendeu aclarar as especificidades do capitalismo ocidental por meio da comparação cultural. A história econômica permaneceu, portanto, central, mas deveria ser tematizada a partir de agora em suas ligações com outros fenômenos culturais, sobretudo o Estado e a religião (cf. Bruhns, 2006, pp. 151-183).

O fato de Weber haver retornado à Antiguidade – e novamente em sentido amplo, incluindo o Oriente antigo – com a nova versão do verbete deve-se a um ensejo externo, qual seja, a demanda da editora de que se retrabalhasse o verbete para a terceira edição do *Dicionário das ciências do estado*. Não estava prevista uma ampliação considerável do verbete; provavelmente a editora não teria nada a opor caso Weber se decidisse pela reimpressão corrigida da versão anterior, tal como fez Eduard Meyer com seus verbetes nesse mesmo dicionário²⁴. Weber, porém, mais uma vez debruçou-se como um obstinado sobre o tema e produziu em pouco menos de quatro meses, entre o fim de 1907 e o início de 1908 (cf. MWG I/6, pp. 300 ss.)²⁵, um texto que atingiu extensão cinco vezes maior que a versão anterior: 135 páginas de duas colunas em formato grande de léxico ou, na reimpressão posterior, cerca de trezentas páginas de livro. Suas cartas dessa época testemunham como ele ainda sofria com seus problemas de saúde, tomava continuamente pesados calmantes e remédios para dormir, e reclamava reiteradas vezes de ter que atualizar em curto espaço de tempo a leitura das publicações científicas especializadas do último decênio²⁶. Mas não dizia de fato por que fez isso. No texto, com o capítulo introdutório “Sobre

24. Os artigos de Meyer “Die Bevölkerung des Altertums”, “Griechische Finanzen”, “Orientalisches und griechisches Münzwesen” e “Plebs” foram publicados pela primeira vez em 1899-1900 na segunda edição do *Handwörterbuch der Staatswissenschaften* e sofreram acréscimos mínimos na terceira edição.

25. O fascículo em separado com a contribuição de Weber foi publicado na primavera de 1908, ao passo que o volume completo traz em si o ano de 1909 como data de publicação.

26. Assim consta nas cartas a Marie Baum e Robert Michels de 4 fev. 1908 (em MWG II/5, pp. 430 e 433).

a teoria econômica do mundo estatal da Antiguidade”, Weber retoma a controvérsia com Meyer e Bücher, que não havia sido levada a cabo. Importa-lhe fundar uma ordem conceitual e concepção que, dito de modo breve, indica sua vontade de salvar as categorias de Bücher, na medida em que as separa da associação com um esquema de estágios e as interpreta como categorias idealtípicas, que não designam necessariamente uma sequência temporal (cf. Spahn, 2004, pp. 115-132)²⁷.

Weber não tinha consideração alguma por uma teoria econômica que não pudesse resistir à prova comprobatória baseada em material empírico²⁸; eis como se pode circunscrever – de maneira muito abreviada – sua posição na assim chamada controvérsia metodológica no âmbito da economia política. Quando se envolveu com a teoria econômica da Antiguidade, portanto, colocou-se sob a exigência de não se limitar a esse campo, mas demonstrar-se capaz, isso sim, de oferecer aos especialistas, com sua contribuição, um adicional de conhecimentos – mesmo se ele, como foi mencionado, cometesse erros em questões pontuais.

“Relações agrárias”, como foi antes o caso de *História agrária romana*, foi recebido muito positivamente no âmbito da ciência da Antiguidade²⁹; e não apenas por pesquisadores que se haviam especializado em história econômica da Antiguidade. Assim, em 1909, o orientalista Carl Heinrich Becker falou de um “esboço genial” (Becker, 1909, p. 210)³⁰, e em 1912 o historiador da Antiguidade Ernst Kornemann qualificou o estudo como “excelente” (Kornemann, 1912, p. 264); o especialista no helenismo Julius Kaerst manifestou-se de maneira elogiosa em diferentes passagens (cf. Kaerst, 1930, p. 12, n. 1; 1927, p. 5, n. 2).

Para a década que se seguiu à morte de Weber, cabe mencionar sobretudo os dois livros de Johannes Hasebroek, *Staat und Handel im Alten Griechenland* [Estado e comércio na Grécia Antiga], de 1928, e *Griechische Wirtschafts- und Gesellschaftsgeschichte* [História econômica e social da Grécia], de 1931. Ambos são fortemente marcados pela abordagem weberiana. Em 1935, Fritz Heichelheim elogiou nos trabalhos de Weber sobre a Antiguidade o fato de eles terem se orientado às particularidades daquela época:

Diante da pesquisa feita até aqui, que o mais das vezes se empenhou em aplicar à Antiguidade leis válidas para todos os tempos – a fim de comprovar, sem falhas, a semelhança de tudo que é humano –, o genial erudito [Weber] tem o mérito de, ao inverso, haver enfatizado a peculiaridade, até mesmo o estranhamento do modo de ser da Antiguidade (Heichelheim, 1935, pp. 160 ss.).

27. Foi por isso que Weber ficou tão agastado com a contribuição de Bücher ao *Grundriss der Sozialökonomik*, que insistia em propor uma teoria de níveis; ver Bruhns (2006, pp. 168 ss.).

28. Nesse sentido, ver também a anotação marginal (em uma resenha) de Otto Hintze (1930) sobre os trabalhos de história econômica de Weber: ele teria partido “de trabalho de pesquisa histórico baseado em fontes e tinha um senso refinado para os limites do sabível”.

29. Matthias Gelzer, em resenha da obra de Weber *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte* na *Historische Zeitschrift* (n. 134, 1926, pp. 549-552), louvou o fato de Weber se haver confrontado intensivamente com as fontes nas “Relações agrárias”, ao passo que o artigo sobre o declínio da cultura antiga desenvolveu sua tese baseado em fonte documental bem mais frágil.

30. Mais tarde, Becker tornou-se um importante cientista político na Prússia. Foi contra seu apoio à sociologia como disciplina universitária que se voltou a polémica de Below (cf. 1919, 1926). Ver Stöltzing (1986, pp. 92 ss.).

Entretanto, é incontestável que de modo geral a observação modernizadora *à la* Eduard Meyer começou a predominar, como se vê de modo especial na obra de Michael Rostovtzeff. Weber e Rostovtzeff tinham um ao outro em alta conta. Em 1908, Weber abdicou do artigo “colonato” (sobre o *status* dependente dos camponeses na fase tardia do Império Romano), que pretendia escrever para o *Dicionário das ciências do Estado*³¹, em favor de Rostovtzeff (cf. Rostovtzeff, 1910a). Este, por sua vez, celebrou as “Relações agrárias” de Weber como um texto “revolucionário” (*Idem*, 1910b, pp. vi ss.)³². Em 1918, Weber indicou Rostovtzeff para a editora como possível autor de uma nova e breve exposição acerca das relações agrárias, com vistas a uma nova edição do léxico (cf. MWG I/6, pp. 58 ss. e 313 ss.). (O verbete foi escrito afinal por Georg von Below, que tratou da Antiguidade, da Idade Média e da Época Moderna em um texto compacto [cf. Below, 1923, pp. 48-62].) Mais tarde, Rostovtzeff, tal como evidenciam suas grandes obras sobre o período imperial e o helenismo (cf. Rostovtzeff, 1926, 1952), afastou-se da concepção de Weber; em 1932, em sua resenha de Hasebroek, ele escreveu que Weber seria “sobretudo filósofo e teórico” (Rostovtzeff, 1932, p. 335) – irrelevante, portanto, para o especialista. Na história econômica da Antiguidade trata-se de fatos, não de teorias e conceitos.

Isso casa com um desenvolvimento geral nos anos de 1920 (cf. Bruhns, 2004, pp. 150-171). Na economia política, por um lado, o interesse teórico prevaleceu cada vez mais sobre o histórico; o interesse pela Antiguidade e pela Idade Média, que havia desempenhado papel tão importante na escola histórica até Gustav Schmoller, retrocedeu claramente. Por outro lado, aumentou a ausência de teoria nos historiadores da economia.

Os efeitos revelam-se também na recepção de Weber até os anos de 1970 (cf. Seyfarth e Schmidt, 1977). Weber foi amplamente reduzido a proposições de fundamento sobre os tipos ideais e juízos de valor, e os “Conceitos sociológicos fundamentais”, à parte mais recente (em termos de gênese) de *Economia e sociedade*. Além disso, a *Ética protestante* foi discutida continuamente; olhando em retrospectiva, soa quase grotesca a maneira como esse texto foi recebido, dissociado dos outros estudos de sociologia da religião, que além do mais continham muito mais substância empírica. Weber foi percebido apenas como patriarca da sociologia; isso levou ao fato curioso de que “Die Stadt” [A cidade], de Weber, foi interpretado como texto básico da sociologia urbana, no sentido da Escola de Chicago, ou foi situado no contexto da sociologia da metrópole, *à la* Georg Simmel³³. Os estudos de Weber genuinamente históricos foram ignorados ou descartados como

31. Carta a Ulrich Stutz de 22 maio 1908 (em MWG II/5, p. 576).

32. Para uma comparação mais antiga entre as posições de Weber e Rostovtzeff, ver Wollheim (1933, pp. 390-412).

33. Bruhns (2000, pp. 39-62) manifestou-se criticamente sobre o assunto.

irrelevantes, e mesmo o termo “sociologia” foi compreendido de maneira bem mais restrita do que havia sido o caso em Weber³⁴.

Na história antiga, um novo interesse por Weber foi despertado essencialmente pelo debate em torno de *The Ancient Economy* (1973), de Moses Finley, quando se percebeu o quanto a concepção de Finley devia a Weber, embora ele não tenha explicitado isso inicialmente (cf. Bruhns e Nippel, 1987-1989, pp. 27-50)³⁵. Como Finley era considerado até então quase marxista, isso provocou irritação sobretudo em historiadores da Antiguidade de orientação marxista, em especial na Itália e na França³⁶. Então, em um artigo de 1977, “The Ancient City from Fustel de Coulanges to Max Weber”, Finley tematizou sua própria relação com Weber (cf. Finley, 1977, pp. 305-327; 1981, pp. 3-23). Como em partes da pesquisa anglo-saxã e francesa somente se conheciam de segunda mão as considerações de Weber sobre a Antiguidade, por meio de Finley, originaram-se novamente mal-entendidos, como aquele segundo o qual Weber teria caracterizado a cidade antiga como “cidade de consumidores”³⁷.

Assim, também se poderia dizer que essa concepção é fundamentalmente útil, ainda que sob essa forma praticamente nada tenha a ver com Weber. Podemos deixar de lado se isso se aplica ou não a esse exemplo; interessa-me aqui apenas um ponto bastante geral. Nas duas últimas décadas a pesquisa sobre Weber vive uma alta conjuntura, que se poderia designar como uma historização de sua obra. De um lado, apreende-se sua obra como um todo em suas múltiplas referências cruzadas, continuidades e rupturas. De outro, justamente a MWG³⁸ evidencia como Weber não é apenas o gênio solitário que, com discernimentos divinatórios, diz a especialistas de áreas completamente diversas como fazer as coisas certas; mas sim desenvolve suas teses por toda a parte em um debate intenso com a respectiva literatura especializada. Também vale para Weber o que Engels disse sobre Marx, cuja obra representaria um comentário contínuo à história da ciência (cf. Engels, 1955, v. 23, p. 38).

Contudo, isso também tem um efeito problemático. Mesmo que não se tenha que tomar conhecimento de tudo o que continuamente se produz de bom e de ruim na literatura secundária sobre Weber, reconstruir os respectivos contextos de discussão de seus textos exige um esforço gigantesco, para somente então poder perguntar, em um passo seguinte, de que maneira, depois de um século de pesquisa intensa nas respectivas áreas especializadas, se deve avaliar os conhecimentos e as questões daquela época, o que já está superado e o que ainda constitui desafio para a pesquisa atual. A pergunta

34. Scaff (1984, pp. 190-213) apontou para essa percepção deturpada.

35. Antes disso, Alfred Heuss (1965, pp. 529-556) já havia se manifestado em favor de uma redescoberta dos trabalhos de Weber na área de história antiga.

36. Ver também a avaliação geral de Bourdieu (2000, pp. 111-129), segundo a qual predominava entre os intelectuais franceses um amplo desconhecimento da obra de Weber; quem a refutava *in limine* fazia-o porque se entendia como marxista.

37. É o que se lê nas contribuições em Parkins (1997). Sobre a tipologia das cidades de Weber, que de qualquer modo não representam uma classificação dos tipos segundo épocas históricas determinadas, ver MWG I/22-5, pp. 10 ss.

38. Sobre o início desse empreendimento, ver Hanke, Hübinger e Schwentker (2010, pp. 207-238).

é, então, se e de que maneira se pode ligar esses conhecimentos da história da ciência à pesquisa científica especializada atual, e como se pretende lidar com a tensão entre “uma interpretação abnegada de Weber ou uma produção teórica própria” (cf. Käsler, 2003, p. 140). O problema já se coloca em vista das múltiplas disciplinas singulares. Torna-se ainda maior quando se procura não só tomar a comparação cultural como inspiração para questões e concepções, mas realizá-la sobre a base do estado atual do conhecimento em cada ciência especializada. As conhecidas declarações de Weber em “A ciência como vocação”, segundo as quais resultados científicos existem justamente para ser superados, apontam para esse dilema.

Resumo

Max Weber e as ciências especializadas: o exemplo da história econômica da Antiguidade

O artigo investiga como a história econômica da Antiguidade aparece na obra de Max Weber e qual papel a Antiguidade exerce em seu pensamento. Para tanto, discute também qual o estatuto da história no pensamento de Weber, e como isso se relaciona com o conjunto das disciplinas acadêmicas de sua época. Além disso, procura-se indicar como Weber se situava entre as diversas disciplinas e como diferentes debates e polêmicas informaram a sua reflexão.

Palavras-chave: Max Weber; *Max Weber Gesamtausgabe*; Ciências especializadas; História econômica; Antiguidade.

Abstract

Max Weber and the specialized sciences: the example of the economic history of Antiquity

The article investigates how the economic history of Antiquity appears in the work of Max Weber and the role played by Antiquity in his thought. It also therefore discusses the status of history in Weber's thought and how this related to the academic disciplines of his period as a whole. In addition the article seeks to show how Weber was situated among the diverse disciplines and how different debates and polemics informed his approach.

Keywords: Max Weber; *Max Weber Gesamtausgabe*; Specialized sciences; Economic history; Antiquity.

Texto recebido em 13/2/2012 e
aprovado em 27/3/2012.

Wilfried Nippel é professor de
História Antiga na Universidade
Humboldt de Berlim, Alemanha.
É também responsável pelo vo-
lume 1/22-5 da MWG. E-mail do
organizador do Dossiê Leopoldo
Waizbort: <waizbort@usp.br>.